

A Psicanálise nos Tempos da Ditadura

Cecília Maria Bouças Coimbra*

“Finalmente, é a prática que constitui a única continuidade do passado ao presente, ou, inversamente, a maneira como o presente explica o passado (...). Pensar o passado contra o presente, resistir ao presente, não para um retorno, mas em favor, espero, de um tempo que virá, como dizia Nietzsche”.
(Deleuze)

Pensar algumas práticas “psi” que atravessam nosso presente no sentido de repensá-las, enfrentá-las e de perceber algumas de nossas possibilidades de resistência hoje é o desafio que este texto nos coloca. Daí, trazer um pouco a história de algumas práticas psicanalíticas num momento de terrorismo de Estado vivido em um passado recente por todos nós é falar das resistências de hoje, é não nos contentarmos “em dizer que as velhas lutas não valem mais”[1], é percebermos que podemos estar participando da construção de modos de subjetivação, de identidades e modelos que estiveram presentes naquele passado recente e que hoje se atualizam de outras formas.

Para tal, proponho adentrarmos no território “psi” que vai se fortalecendo – fundamentalmente nos anos 70, em nosso país – em especial em cima da produção da “crise da família moderna”, da carência, da falta.

Ao apontar os principais grupos de formação psicanalítica no Rio de Janeiro e São Paulo, pretendo cotejar suas práticas, as subjetividades dominantes, os movimentos sociais e alguns processos de singularização, no sentido de entender essas práticas, seus contextos e os saberes por elas produzidos e fortalecidos.

O espaço “psi”, que se estrutura no Brasil nos anos 30, 40 e 50, é feito em cima do tratamento de crianças “problemas”, crianças com “dificuldades” de aprendizagem e/ou emocionais.

Naquele período, os saberes sobre a infância – não somente no Brasil, mas também nos Estados Unidos e Europa – ampliam-se[2], surgindo preocupações com a chamada infância “desadaptada”, com as crianças “difíceis”.

Nas entrevistas contidas em minha tese de Doutorado[3] - notadamente com psicanalistas mulheres, de formação médica ou psicológica – foi registrada a atuação de algumas em órgãos governamentais (federais, estaduais e/ou municipais) nas décadas de 40, 50 e 60 – tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro – em Serviços de Higiene Mental, Centros de Orientação Infantil e Juvenil, Setores de Psicologia Clínica, etc. Nestes órgãos, inicialmente é dada assistência à “criança-problema” e, se necessário, orientação aos pais e professores[4]. De início, estes serviços são de cunho puramente diagnóstico (aplicação de testes), com algum acompanhamento psicopedagógico aos pais e professores[5]. Gradativamente, muitos desses serviços passam para o atendimento clínico a essas crianças “problema”. Da adaptação infantil, caminha-se para a

intervenção na vida sexual e familiar, prática bastante desenvolvida no Brasil nos anos 70. Ao lado disso, cresce a importância dada à prevenção e o circuito escola-família se fecha.

“Partindo da escola, dos problemas de desadaptação escolar, passou-se para os problemas da procriação, da vida familiar e da harmonia conjugal, para, finalmente, voltar à escola com a instauração da educação sexual. Nesse circuito escola-família, o operador de cada etapa foi a psicanálise. É ela quem autoriza o deslocamento dos problemas de aproveitamento escolar para os de harmonia familiar. É ainda ela quem instrui uma educação sexual não mais centrada nas doenças venéreas, mas na questão do equilíbrio mental e afetivo. Face ao desdobramento dos psicólogos, dos conselheiros e dos educadores que se satelizam em torno da relação escola-família não basta dizer que aí passou a psicanálise. Seria mais exato dizer, embora jogando um pouco com as palavras, **que é por aí** através desse ativismo familiar-escolar que ela pôde passar”. (grifo do autor)[6] .

Em decorrência disso, a questão familiar se torna a grande locomotiva pela qual a psicanálise avança a toda velocidade no Brasil dos anos 60 e 70.

Não almejo aqui fazer uma história da psicanálise no Brasil no período da ditadura militar. Pretendo, sim, apontar como essas práticas vão se proliferar em determinado momento histórico; como se dá sua expansão: o “**boom psi**”, e que instituições e dispositivos serão instrumentalizados e fortalecidos por elas.

Muitas informações que guiaram minha pesquisa partiram de dois trabalhos que mostram a expansão da psicanálise em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em São Paulo, Roberto Yutaka Sagawa[7] realiza um aprofundado estudo da psicanálise “oficial” desde os anos 20 até os 80. No Rio de Janeiro, Ana Cristina Costa Figueiredo[8] fala da difusão do movimento psicanalítico de 1970 a 1983. Estas leituras me forneceram as pistas para definir o universo de minha pesquisa de Doutorado: quem procurar, a quem entrevistar, o que ler. Entrevistei 83 psicanalistas no eixo Rio-São Paulo e desses encontros, priorizo aqui dois aspectos que chamei de: a produção da “verdadeira” psicanálise e a formação analítica como uma prática de submissão.

A Institucionalização das Sociedades Psicanalíticas

Nos anos 60, no eixo Rio-São Paulo, são três os estabelecimentos de formação psicanalítica ligados à Internacional Psychoanalytical Association (**IPA**), fundada por Freud e seus discípulos, em 1910: a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (**SBPSP**), a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (**SPRJ**) e a Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (**SBPRJ**).

A **SBPSP** é a primeira a ser reconhecida como Sociedade filiada à IPA, em 1951, no XVII Congresso Psicanalítico Internacional, em Amsterdã. Desde 1937, funciona como Grupo de Psicanálise de São Paulo, ligado à Dra. Adelheid Koch, membro da Sociedade Psicanalítica de Berlim, que vem dar formação analítica em São Paulo depois de insistentes solicitações feitas pelo Dr. Durval Marcondes.

A **SPRJ** é reconhecida como Sociedade filiada à **IPA**, em 1955, no XIX Congresso Psicanalítico Internacional, em Genebra. Desde 1947, já existe, no Rio de Janeiro, fundado por um grupo de médicos, o Instituto Brasileiro de Psicanálise; no ano seguinte, chega Mark Burke, membro associado da Sociedade Britânica de Psicanálise, e inicia a formação analítica nesta cidade. Em 1948, chega Werner Kemper, da Sociedade Psicanalítica de Berlim, que divide a formação com Burke. Em 1949, retorna de Buenos Aires, já com sua formação analítica concluída pela Associação Psicanalítica Argentina, o casal Perestrello; pouco depois chegam outros analistas brasileiros também ali formados. Em 1951, há uma crise no Instituto Brasileiro de Psicanálise: W. Kemper, com seu grupo de analisandos, sai e funda o Centro de Estudos Psicanalíticos. É este grupo que, em 1955, é aceito pela IPA como **SPRJ**[9].

A **SBPRJ** apenas é reconhecida como Sociedade ligada à **IPA**, em 1959, no XXI Congresso Psicanalítico Internacional, em Copenhague. A **SBPRJ** é oriunda do grupo de M. Burke que fica no Instituto Brasileiro de Psicanálise, do grupo argentino que havia fundado, em 1951, a Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro e de outros analistas brasileiros chegados ao Rio com formação analítica feita em Londres[10].

Gradativamente, as Sociedades latino-americanas vinculadas à IPA procuram se aproximar e, em 1960, é fundado o **COPAL (Comitê Coordenador das Organizações Psicanalíticas da América Latina)** no II Congresso Latino-Americano, realizado em Santiago, no Chile. Desde 1956, realizam-se congressos latino-americanos, a cada dois anos, das Sociedades Psicanalíticas ligadas à **IPA**. Os principais objetivos do **COPAL**, são o de expandir a psicanálise na América Latina, conseguir maior representação dessas Sociedades perante os órgãos psicanalíticos internacionais, estabelecer alguns padrões e regras comuns na formação analítica dos países latino-americanos e apoiar os grupos latino-americanos que ainda não tenham sido reconhecidos como Sociedades pela IPA[11]. Posteriormente o **COPAL** passa a ser conhecido como **FEPAL**.

A Associação Brasileira de Psicanálise (**ABP**), entidade que tem por objetivo congregar as Sociedades de Psicanálise do Brasil filiadas à **IPA**, somente é fundada em 1967. Passa a se constituir em órgão federativo dessas Sociedades, respeitando as suas autonomias. Também na **ABP** como nas Sociedades do Rio e de São Paulo, os membros associados não têm direito a voto[12].

Pelo período de fundação do **COPAL** e da **ABP**, percebe-se que o movimento latino-americano – considere-se aqui, principalmente, o argentino – está mais avançado que o brasileiro. Só quando as Sociedades “oficiais” sentem-se mais fortes no Brasil, ou seja, quando se inicia o boom da psicanálise e sua aceitação social – entenda-se classes média e média alta – é que se dispõem a formar uma associação nacional. Entidade que, por sua vez, irá favorecer mais a divulgação da psicanálise no Brasil.

Por esta organização que, a meu ver, não é unicamente burocrática, mas de controle e, em especial, de apoio corporativo, temos – no caso do Brasil – no alto da pirâmide a IPA (o nível internacional); logo abaixo, o **COPAL** (o nível latino-americano); depois a **ABP** (o nível nacional) e, finalmente, as quatro Sociedades “oficiais” (São Paulo, Porto Alegre e as duas do Rio de Janeiro), formando uma rede de apoio e controle mútuos.

Destas, somente a de São Paulo (**SBPSP**), desde os seus primeiros Estatutos, em 1949, abre a possibilidade de, além dos médicos, também psicólogos e profissionais de outros cursos

superiores se inscreverem para formação analítica. No caso de outros cursos, fica a critério da Comissão de Ensino a aceitação ou não do candidato[13].

Apesar de a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo ter esta postura e as duas do Rio de Janeiro, ao contrário, só permitirem médicos em sua formação, isso não irá significar maior abertura, menor rigidez[14]. É evidente que, no Rio de Janeiro, esta posição no anos 70, vai implicar em uma aglutinação, em uma união maior dos psicólogos que desejam ter o status de psicanalistas. Por isto, o movimento dos psicólogos no Rio de Janeiro, no final da década de 60 e início da de 70, é bem mais corporativo e apresenta características diferentes do de São Paulo.

A **SBPRJ**, em seu primeiro Estatuto de 1959 – talvez por influência da de São Paulo – coloca a questão da entrada de psicólogos e outros profissionais na formação analítica de forma bastante ambígua. Não se define claramente contra a entrada, subordinando-a “...à aprovação prévia de uma legislação que permita o exercício terapêutico da psicanálise por leigos no país”[15].

Entretanto, em 1971, quando se manifesta, no Rio de Janeiro, a pressão dos psicólogos para ter acesso à formação analítica, são votados aditivos aos Estatutos de 1959, que enunciam claramente, como os da **SPRJ**[16], que “...todos os componentes da Sociedade, sejam membros Titulares, Associados, Candidatos e Aspirantes deverão estar inscritos no Conselho Regional de Medicina”[17]. Desde o ano anterior, no Regulamento para a Formação de Psicanalistas, isso é requisito para aquele que deseja fazer formação, assim como é exigida experiência psiquiátrica de pelo menos um ano[18]. Ou seja, diante da pressão dos psicólogos, a **SBPRJ** acaba com a ambigüidade: é explícita em sua exclusão.

Pode parecer estranho que a psicanálise, nas décadas de 40 e 50 – tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo -, denunciada por médicos psiquiatras e neurologistas como prática charlatã, como poluidora do meio médico[19], ao se organizar em Sociedades – com exceção da de São Paulo – exclua qualquer outro profissional de sua formação que não seja médico. Porém, é perfeitamente compreensível que, sobretudo no Rio de Janeiro, vários estudos[20] tenham assinalado a adoção dos princípios da psicanálise pela comunidade médica nos anos 20 e 30. Tais princípios inscrevem-se no campo da medicina, embora em suas gêneses a psicanálise fosse apenas uma modalidade terapêutica, acrescentada às formas já existentes.

No entanto, não é a exclusão de outros profissionais que vai caracterizar o fechamento destas Sociedades a tudo que possa ser criativo, novo ou transformador. Este fato – muito explorado pelos psicólogos no Rio de Janeiro, nos anos 70 – é irrelevante se pudermos compreender algumas instituições[21] que são instrumentalizadas pela psicanálise, que equipamentos e dispositivos são utilizados por ela e que práticas são aí produzidas/fortalecidas.

A “Verdadeira” Psicanálise ou o Santuário de Vesta

A instituição “verdadeira” psicanálise vai permear todos os itens seguintes relativos às práticas analíticas. Entretanto, algo da produção desta instituição será aqui mencionado, não só através dos Estatutos das Sociedades, suas organizações internas e suas burocracias, mas, principalmente, pelas práticas que ela dissemina. São interessantes os escritos de alguns analistas ligados às Sociedades “oficiais” quando da difusão da psicanálise entre os psicólogos

cariocas, notadamente entre os que vão se dedicar à chamada psicologia clínica. Leão Cabernite[22], presidente no início dos anos 70 da **SPRJ**, é um dos guardiões da “verdadeira” psicanálise. Seus artigos sobre a “poluição” da psicanálise feita por um bando de “invasores” – leia-se os psicólogos e a segunda geração de psicanalistas argentinos – tornam-se os bastiões de uma prática reacionária e até mesmo fascista.

Mas o que é a “verdadeira” psicanálise? A produção de uma prática, de um território onde a “verdade” está presente, onde os que não fazem parte de uma formação específica – a realizada nas Sociedades “oficiais” – não podem a ela ter acesso, nem dizer que a exercem.

Esta instituição produz fortes subjetividades, pois não são apenas os psicanalistas mais conservadores que disseminam esse tipo de pensar a prática psicanalítica. Ela está presente nos analistas considerados “progressistas”, com a tutela que exercem sobre o movimento dos psicólogos no Rio de Janeiro e a postura que, em São Paulo, tomam com relação aos acontecimentos de 1968 na USP, por exemplo[23]. Pior, ela está presente nos próprios psicólogos tanto cariocas quanto paulistas que, para exercerem a prática clínica, têm que se submeter à formação analítica nas Sociedades ligadas à **IPA**. Ela está presente e difundida como crença nas classes média e média alta, que são os clientes e consumidores dessa psicanálise.

Num contexto político de feroz ditadura onde grassa a censura, o terror nos mais variados espaços, o medo e o “desbunde”, em que os projetos de ascensão social tornam-se prioritários, no qual o intimismo predomina em detrimento do público e o familiarismo é a tônica, esta forma de pensar uma prática clínica é hegemônica. Uma clínica que nada tem a ver com o mundo, mas com uma assepsia fastigiosa, com uma total desvinculação de qualquer tipo de implicação, de transversalidade.

É o falso objeto natural de que no fala Veyne[24] como algo não produzido historicamente: a prática psicanalítica é este objeto que é assim, sempre foi e será, como um dado em si, que tem existência própria e que é, portanto natural. Para os psicanalistas “oficiais”, a IPA representada pelos herdeiros diretos do Grande Pai – aqueles que detêm os conhecimentos por ele ensinados – é o Olimpo de onde advêm todas essas “verdades”. Este religioso respeito e submissão que todas as Sociedades “oficiais” demonstram em relação à grande instância, personificada pela IPA, é a forma de garantir sua vinculação a ela, o que lhes permite usufruir prestígios e privilégios políticos e sociais. Para a sociedade em geral, somente elas – como efeito da produção de suas próprias práticas – são as detentoras da “verdadeira” psicanálise.

Como templos sagrados, estas Sociedades devem se resguardar das misturas, impurezas e poluições que estão ao seu redor, que circulam pelo mundo. Como vestais, sacerdotisas e guardiões do Santuário de Vesta (a deusa da Vida entre os romanos) – inacessível aos leigos -, devem manter sua virgindade, enquanto estiverem a serviço do culto[25]. Assim, os psicanalistas “oficiais” resguardam a pureza da “verdadeira” psicanálise e, por isso, poucos são os privilegiados que têm acesso a esses templos sagrados, poucos os que podem funcionar como vestais; antes, devem ser “purificados”, evitando toda e qualquer mistura.

Não são apenas os analistas mais “conservadores” os que defendem esses lugares santos; estes, sem dúvida, são os que mais alardeiam com seus discursos/práticas tal religiosidade. Entretanto, muitos considerados “progressistas”, que, em suas falas até podem questionar esses templos sagrados, em suas práticas só fazem reafirmá-los e reforçá-los. Os jovens psicólogos querem – e

muito – ser “iniciados” em tais “mistérios” inacessíveis aos simples mortais e, para isso, de início aceitam e até pedem a tutela dos que já estão dentro desses santuários e os podem “iniciar”. Posteriormente, organizam seus próprios templos – é verdade que em cima de uma série de críticas a todas essas mitificações -, terminando por criar outras religiosidades, outras “verdades”, outros eleitos, outros “iniciados”, outros sacerdotes.

Assim, na primeira metade da década de 70, a hegemonia está com a instituição “verdadeira” psicanálise que reifica e naturaliza uma determinada prática clínica. Através dela, facilita e fortalece a produção de certas subjetividades que se entranham profundamente em todos os poros das camadas médias urbanas brasileiras.

Para a “verdadeira” psicanálise, a formação deve merecer todos os cuidados, deve ser “especial”, pois a iniciação em seus “mistérios” é coisa delicada e pode se tornar perigosa se não houver uma “preparação” adequada. É necessário exercer um bom controle sobre aqueles que um dia irão representá-la, sobre aqueles que no futuro serão seus guardiães.

Por isso, para os analistas em geral, a psicanálise não pode ser uma formação dada em Universidades, pois necessita de todo um processo e formação próprios, diferentes dos utilizados academicamente. Suas supervisões clínicas, cursos, análises didáticas, enfim, a formação psicanalítica deve ser função exclusiva das Sociedades e não de qualquer analista individualmente, afirmam sem exceção todos os psicanalistas ligados às Sociedades conhecidas como “oficiais”.

A Instituição Formação Analítica ou A Pedagogia da Submissão

Outra instituição que é instrumentalizada pelas Sociedades “oficiais” é a da formação. Naturalizam-se o domínio dos didatas, seu poder e os ritos de iniciação, que cada vez se tornam mais complexos. O didata, com mais prestígio que qualquer médico, padre ou professor, possui um enorme controle na avaliação do aluno; suas informações são fundamentais para que se possa saber do “real aproveitamento” dos candidatos a analistas. E com uma agravante: são os responsáveis pela análise pessoal desses candidatos e devem informar sobre os seus “progressos” nas sessões analíticas. São os representantes plenipotenciários dessa formação com um sumo poder, uma suma razão e uma suma verdade. Esta relação produz e fortalece por um lado a onipotência, a força, a dominação dos analistas, por outro, a impotência, a fraqueza e a submissão dos candidatos.

De um modo geral, os didatas se comportam como se este lugar fosse vitalício e como se tivessem adquirido, por herança, as suas atribuições. Embora os Estatutos dessas Sociedades prevejam a possibilidade de afastamento de tal função, não se tem notícia de nenhum caso em que isto tenha ocorrido.

“Os didatas são considerados os “mais dotados”, os “melhores”, etc. e, portanto, constituem um ideal a ser atingido por todo psicanalista dentro da sociedade (...) e os mecanismos institucionais passam a ser manipulados por esses detentores como um grupo especializado de conhecimento...”[26]

Assim, a análise didática é considerada o aspecto mais importante na formação de um analista. Este fato, muito enfatizado nos anos 70, corresponde ao que chamamos de psicologização da vida cotidiana: a produção de subjetividades voltadas para o privado, para o interior do sujeito, para o seu autoconhecimento. Por sua vez, tal afirmação alimenta em muito o poder dos didatas e, do ponto de vista do “discurso da competência”[27], empobrece a formação. Segundo informações obtidas por Sagawa em São Paulo “...a formação psicanalítica no Instituto de Psicanálise restringiu-se a Freud, Klein e Bion a partir de 1970[28]. No Rio de Janeiro, o “kleinianismo” domina nas duas Sociedades. São centros de formação que importam continuamente uma psicanálise estrangeira e os psicanalistas locais são meramente reprodutores dessa psicanálise importada (sobretudo da Inglaterra). Não há, portanto, uma produção que se possa chamar de original; estuda-se e aplica-se a teoria e a técnica dos “mestres” estrangeiros de forma mecânica e acrítica.

Isto é facilmente corroborado não só pela formação analítica – dentro do que a própria psicanálise considera como um profissional “competente” -, como pelo poder dos didatas. Seu número é tão reduzido para atender à crescente demanda de candidatos à formação, que seu trabalho se resume ao mero atendimento a esses “aspirantes” a psicanalistas, através das análises didáticas e supervisões de casos. Poucos didatas têm uma clientela fora deste universo e a pouca produção teórica realizada na época limita-se à reprodução de uma psicanálise estrangeira.

Os preços cobrados por esses especialistas repercutem na sociedade em geral como uma valorização desse trabalho, o que vai torná-lo extremamente lucrativo pela pouca concorrência. Tal fato determina o pequeno número de didatas e de psicanalistas formados dentro da ótica da “verdadeira” psicanálise. Esse saber vem satisfazer e fomentar as demandas então produzidas e, por ser ainda reduzido o número de profissionais, seus serviços são oferecidos dentro de altos padrões financeiros. O status de psicanalista é atraente e ambicionado pelos jovens profissionais “psi”. Esse elitismo em muito atrai a classe média dos anos 70 no Brasil com seus projetos de ascensão social. Esta sim poderia pagar altos preços exigidos pelas Sociedades “oficiais” para a formação psicanalítica.

Tal situação é naturalizada em cima da produção oficial da época sobre a questão do público e do privado. A subjetividade que vai sendo construída é a de que os estabelecimentos privados são aqueles que melhor atendem, em todos os setores – devem cobrar alto pelos seus serviços, visto que os oferecidos pela rede pública são de péssima qualidade. Vai se produzindo, em grande parcela da produção, principalmente na classe média, o apoio à privatização, que chegaria a seu auge nos anos 90 e início do século XXI. Por isso, não causa surpresa alguns entrevistados, pertencentes às Sociedades “oficiais”, afirmarem categoricamente que a discussão sobre os altos preços – cobrados pela formação analítica e pelos próprios psicanalistas em seus consultórios – é uma demagogia, visto as Sociedades serem estabelecimentos privados e terem, desta forma, o direito de cobrar alto.

Esse número restrito de didatas, reconhecido por muitos psicanalistas, é também uma forma de “...sustentar o controle interno no que se refere à possibilidade de ocorrer ou não uma fissão (na Sociedade)”[29]. Quaisquer movimentos que ocorrem dentro dessas Sociedades são psicologizados, visto como conflitos pessoais, movimento passional, falta de análise ou mesmo a comprovação de uma análise mal feita[30]. Em outros casos, são considerados como desavenças de ordem teórica, traição ao espírito da psicanálise, tentativa de denegri-la ou heresia.

Estes últimos rótulos são utilizados para os grupos que fazem oposição interna dentro das Sociedades “oficiais”, e também para os psicólogos – especialmente os do Rio de Janeiro – que,

por não terem formação nessas Sociedades, não podem se dizer psicanalistas. Ao se denominarem assim, traem o espírito da psicanálise, denegrindo-a. As lutas internas pelo poder dentro das Sociedades “oficiais” e mesmo as características autoritárias que marcam a formação analítica são vistas por muitos como diferenças de ordem teórica. Em São Paulo, o “bionianismo”, dominante nos anos 70 na SBPSP, principalmente em sua cúpula dirigente, é considerado como responsável pela rigidez, pelo autoritarismo que caracteriza esta Sociedade[31]. Da mesma forma, vários psicanalistas, no Rio de Janeiro, afirmam que o “kleinianismo”, dominante na década de 70 nas Sociedades “oficiais” nesta cidade, é o responsável, de um lado, pela “leitura esquemática e pobre da realidade social e psíquica” – “privilegiando a realidade interna em detrimento da externa” – e, por outro, pela postura rígida dos psicanalistas dominantes à época.

O que está embutido nessas situações não são somente posturas teóricas diferentes. São, também posturas que correspondem às práticas e às subjetividades dominantes no período em que a rigidez, o distanciamento e a neutralidade são sinônimos de cientificidade e objetividade, onde a psicologização, o mundo interno e o domínio do privado, são enfatizados e fortalecidos. São crenças também presentes nos próprios dispositivos de formação analítica e coerentes com todo o funcionamento dos estabelecimentos que necessitam de um Mestre, um Pai, uma Burocracia: em suma, de um modelo qualquer para excomungar as diferenças, as diversidades.

Estas práticas, ao apontarem os “desvios”, as “formas degradadas”, garantem a justeza de suas linhas. “O Supremo Tribunal do Inconsciente distribui absolvições e condenações”[32]. A questão do poder é sempre escamoteada, sempre afastada em nome da União Societária fortemente instituída. O que vigoram são os deveres disciplinares estabelecidos nos estatutos, sentimentos que devem ser comuns e de solidariedade doutrinal.

Mais do que isso, os fatos apontados produzem a infantilização, a desqualificação do analisando. Este é tratado e percebido como um bebê, pois sua vida mental está nas mãos do analista que o ajudará – como um Pai, um Mestre, um Modelo – a caminhar e a “crescer”[33]. Por isso, em todas as três Sociedades ligadas à **IPA**, os membros associados (o psicanalista já formado) estatutariamente até os anos 80 não têm o direito de participar nas Assembléias Gerais e muito menos votar. A “criança”, que é o analisando, não pode, assim, dispor de sua criatividade, originalidade. A liberdade, a criação, a crítica, enfim, a singularidade está terminantemente proibida nestes espaços. A obediência e a servidão são as normas vigentes. A instituição-formação, desta maneira, produz, naturaliza e tenta eternizar as relações tipo senhor-escravo, dominador-dominado, explorador-explorado. O candidato submetido, dominado e explorado faz da sua capitulação o preço que paga para se tornar um dia senhor, dominador e explorador. A submissão e a insignificância de hoje serão o poder e a onipotência de amanhã.

A psicanálise, ensinada como uma teoria abstrata, praticada por especialistas abstratos – “...o psicanalista não é médico ou não-médico, é **psicanalista**”[34] -, produz um espaço protegido, asséptico, onde a realidade cotidiana não deve entrar, onde a neutralidade impera. Predominam o intimismo, o privado, o “destino das pulsões” e os mecanismos e processos intra-psíquicos. Há uma produção ativa de invalidação do sócio-político[35], o que, em realidade, faz com que a psicanálise e sua formação se tornem cúmplices do sistema sócio-econômico em que se inscrevem.

A formação analítica e as práticas daí decorrentes têm efeitos sociais poderosíssimos, pois naturalizam um grupo particular de especialistas que têm o monopólio da “escuta” e são vistos, pela sociedade em geral, como figuras poderosas, respeitadas e idealizadas, transformando-se em modelos de referência. Naturalizam uma postura “asséptica”, “neutra” e, portanto, considerada

“objetiva” e “científica”. Fortalecem as subjetividades hegemônicas produzidas nesses anos, ao afirmarem a necessidade do crescimento pessoal, do voltar-se para dentro de si mesmo, de sua família, ao enfatizarem a importância e a construção de um clima carregado de afeto.

Há, na sociedade em geral, a produção de demandas que necessitam do “apoio” e do recurso psicanalítico: as relações familiares, os ideais de feminilidade e masculinidade”[36], a exploração das potencialidades emocionais, a “orientação” para os processos decisórios pessoais, etc.[37]. Estas demandas são produzidas e fortalecidas, principalmente, entre os profissionais liberais (psicólogos, professores, artistas, intelectuais, etc) e estudantes universitários que desejam se autoconhecer.

“...“melhorar” a “qualidade” de seus vínculos eróticos, afetivos e familiares, “ampliar” sua criatividade, iniciativa ou eficiência profissionais (...). Há, enfim, uma “ampliação” da demanda (...) a queixa tornando-se cada vez mais inespecífica”[38] (as aspas são minha responsabilidade).

Ou não seria, além de ampliação da demanda, uma naturalização desta demanda? Naturalização no sentido de que ela não é percebida como produção dessas próprias práticas “psi”, mas como um objeto já dado e, portanto, natural.

Duas reações ocorrem neste período entre os próprios psicanalistas “oficiais”. De um lado, os mais “progressistas” acreditam que se está iniciando um processo de “democratização” da psicanálise, visto que seu consumo torna-se cada vez maior. Por outro, as reações são de medo e perplexidade, uma vez que a psicanálise está se transformando numa “mercadoria de consumo”. No Rio de Janeiro, quando se iniciam as pressões dos psicólogos para terem acesso à formação analítica, esses psicanalistas defendem suas práticas atacando tais movimentos e procurando “resguardar” a psicanálise de ser conspurcada. Entretanto, alguns entrevistados – tanto no Rio quanto em São Paulo – admitem que foi esse o período em que mais prosperaram financeiramente. As filas em seus consultórios são cada vez mais numerosas e a psicoterapia de grupo passa a ser utilizada como forma de dar vazão à demanda então recrudescida ou para atender a alguns segmentos de classe média que não podem pagar os altos preços de uma análise individual.

Uma das poucas vozes críticas e que, na época, mostra tal produção é Katz que, em uma de suas obras[39], coloca em análise a utilização das práticas psicanalíticas e o poder das Sociedades “oficiais” que se julgam donas da formação analítica, detendo o monopólio da psicanálise.

Finalizando...

O que pretendi apontar até aqui é que as práticas dominantes nas Sociedades “oficiais”, nos anos 60 e 70, em nosso país, com seus dispositivos e instituições, favorecem em muito as subjetividades hegemônicas produzidas à época e a psicanálise só tem passagem, só se torna um boom, porque há esses processos de subjetivação típicos do capitalismo monopolista. No caso do Brasil, trata-se de uma ditadura militar – o que agrava mais ainda a situação – e, ao lado de tais produções, há outras: uma forte repressão, uma violência extremada, uma ferrenha censura e um enorme poderio da mídia no sentido de impedir toda e qualquer resistência, toda e qualquer

construção singular, todo e qualquer agenciamento. É nesse contexto de terror nos diferentes micro-espços, de medo, imobilismo e apatia de quase todos os setores da sociedade que as práticas psicanalíticas se expandem e ganham características bem mais autoritárias. Um exemplo é a realização, em 1970, do VIII Congresso Psicanalítico Latino-americano, em Porto Alegre. O tema original “Violência e Agressão”, foi alterado, por decisão da maioria das sociedades participantes, para “Correntes Atuais do Pensamento Psicanalítico”, com o voto contra da Associação Psicanalítica Argentina. Relata um representante da **APA**:

“as cúpulas das Associações brasileiras, de cuja iniciativa partira a mudança do tema, tinham cargos oficiais que poderiam perder, e seu medo expressava seu grau de compromisso, com o regime de terror policial do país”.[40]

A primeira metade dos 70 – que, como já mostrei, é o período de hegemonia da psicanálise e da formação vinculadas à **IPA** – é representada, no Brasil, pelos anos mais terríveis de perseguições, torturas, seqüestros, assassinatos, desaparecimentos dos que se opunham aos modelos então vigentes, como os de família, o sexual, o de estudante, o de jovem, etc. Tanto que os chamados militantes como os hippies são, nesses primeiros anos dos 70, aniquilados e/ou cooptados.

O terrorismo de Estado está presente – não como simples reprodução de um poder maior, mas a partir de uma série de práticas sociais – no cotidiano, não só desses grupos de jovens, mas também nas populações periféricas das grandes cidades e na sociedade em geral.

Sobre esta questão é importante a visão que Foucault[41] nos traz, não somente sobre as práticas sociais, mas, em especial, sobre o que chama de microfísica do poder, que seriam os processo de constituição de práticas, discursos e modos de subjetivação. Para ele, o nível do Estado e o das práticas não podem ser “...confrontados como realidades pré-existentes e sim articulados, pois é ao nível do próprio corpo social que o poder toma corpo”[42].

No Brasil desse período, vigoram diferentes práticas sociais como a do extermínio (não só dos opositores aos modelos vigentes, mas de segmentos empobrecidos da população), o que gera um enorme medo e progressiva apatia; as práticas eufóricas ligadas aos projetos de ascensão social (principalmente nas classes médias urbanas), que geram “ufanismo” e intimismo; as da mídia (justificando e valorizando tanto o extermínio quanto a ascensão social). Todas elas produzem e/ou fortalecem determinados modos de subjetivação, todas elas mostram como os micropoderes se exercem em diferentes partes do corpo social.

As práticas decorrentes da psicanálise, aliadas a todas as demais nesse período, geram também uma série de efeitos que, em realidade, vão constituindo um “determinado” sujeito típico das camadas médias urbanas. Muitos autores apresentam a difusão dessas práticas “psi” sem, no entanto, apontar para a produção deste “outro” sujeito que está sendo construído no cotidiano de tais práticas.

Este sujeito vai sendo criado e estimulado à medida que a psicanálise nos grandes centros urbanos brasileiros invade a mídia – a grande imprensa, as revistas femininas[43], a TV – produzindo a chamada cultura psicanalítica[44], sob cuja ótica a vida cotidiana das classes média e média alta passa a ser tematizada e vivida.

“Cresce a publicação de livros acessíveis ao “leigos”, de revistas especializadas, de revistas femininas com seções de aconselhamento psicológico assinadas por psicanalistas e psicólogos (...). Mais recentemente dois diários cariocas publicam colunas assinadas por psicanalistas que respondem às cartas dos leitores. Também a televisão oferece espaço para uma pedagogia de inspiração psicanalítica em programas femininos e debates variados, isso sem mencionar as novelas e programas humorísticos. “Mas isto não é psicanálise!”, diriam alguns puristas. Talvez possamos retrucar: “Isto também é psicanálise”[45]. (grifo go autor).

Diferentes setores da vida social brasileira sofrem esses efeitos: são cotidianamente psicologizados. Toda e qualquer crise é vivida como necessidade terapêutica, pois os especialistas “psi” estão aí para aconselhar, esclarecer, instruir e acalmar pais, mães, maridos, mulheres[46] e para propor modelos – condizentes com os dominantes – de criança, adolescente, família, casamento, esposa, etc[47], produzidos/fortalecidos por suas próprias práticas. Absorve-se o “modo” psicanalítico de compreender os mais variados fenômenos do cotidiano, através da utilização crescente de palavras, expressões e concepções próprias da psicanálise, onde tudo passa a ser explicado a partir de esquemas interpretativos já dados.

Mesmo os psicanalistas “progressistas” encontram-se marcados por tais modos de se perceber – enquanto profissionais -, e de perceber o mundo “psi” e o mundo no qual se inserem. Basta ver seus discursos/práticas no instante em que pretendem explicitar um projeto político em nome da psicanálise[48]. Exemplos disso temos quando, no início dos anos 80, nas três Sociedades “oficiais”, instalam-se crises que mostram o momento histórico que o Brasil atravessa: revigoração dos movimentos populares e sociais, processo de “abertura”, embora lento, gradual e seguro.

O movimento dos psicólogos – mais no Rio de Janeiro do que em São Paulo – em sua luta pelo *status* de psicanalista, apesar de todas as críticas que fazem às Sociedades “oficiais” e a sua formação, ao organizarem seus estabelecimentos, reproduzem quase integralmente as instituições formação analítica (nascida da **IPA**) e a “verdadeira” psicanálise. Também eles estão marcados pelas visões intimistas de psicanalista e de mundo geradas pelas práticas “psi” e pelas subjetividades hegemônicas da época.

A “verdadeira” psicanálise, de início através da criação da **IPA** e dos diferentes Institutos de Formação, tem a pretensão de ser a “pura” psicanálise, e estes dispositivos são alguns dos principais fatores para que se possa assegurar esta “pureza”, pelos cuidados no sentido de evitar poluições, misturas. Se tais equipamentos são criados para cuidar da transmissão, instituem, por isso, uma determinada escuta.

Essa escuta “verdadeira” e um certo discurso psicanalítico são pedagogicamente ensinados, transmitidos nas Sociedades “oficiais” como os únicos que, realmente, representam a psicanálise; ganham foro de verdade única, absoluta e inquestionável. Isto não é privilégio da formação ligada à IPA. As diferentes filiações vão determinar diferentes tipos de escuta e discursos. Cada estabelecimento criado vai instrumentalizar a instituição da formação de modo que fique encarcerada num determinado território onde estão presentes o dogmatismo, a escuta “verdadeira”, a ortodoxia, a estrita observância a determinadas regras do pensar/fazer, o

impedimento da criação, a permanência da “mesmice”. Em suma, mesmo aqueles que criticam a formação “oficial” vão, em muitos momentos, cair no dogma, na ortodoxia, no enclausuramento.

Pensar tais questões, trazer um pouco a história de uma certa psicanálise oficial considerada única, talvez possa nos alertar para as práticas que hoje estamos construindo em nosso cotidiano enquanto profissionais “psi”. Que subjetividades estamos naturalizando? Que modos de viver e de existir nossas práticas têm fundamentado? E, como em nome da ciência objetiva e neutra, temos nos afastado da Vida. Talvez ressaltar um pouco os pequenos detalhes ditos inúteis, possa nos fortalecer, como nos ensina o poeta Manoel de Barros.

“O rio que fazia uma volta atrás de nossa casa era a imagem de um vidro mole que fazia uma volta atrás de casa. Passou um homem depois e disse: essa volta que o rio faz por trás de sua casa se chama enseada. Não era mais a imagem de uma cobra de vidro que fazia uma volta atrás da casa. Era uma enseada. Acho que o nome empobreceu a imagem”.

Rio de Janeiro, agosto de 2004.

* Psicóloga, Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense, Pós-Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, Vice-Presidente e Fundadora do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e Conselheira do Conselho Regional de Psicologia/RJ.

[1] Deleuze, G. Foucault. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988, 125.

[2] Sobre o assunto, ver: Donzelot, J. A Polícia das Famílias. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

[3] Coimbra, C.M.B. Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “milagre”. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

[4] Sobre o assunto, ver Bicudo, V.I. “Memória e Fatos”. In: Revista Idi. São Paulo, 1990.

[5] Desde os anos 20 e 30, os higienistas no Brasil vão privilegiar propostas de intervenção junto às crianças e, paralelamente, aos seus responsáveis. Sobre o assunto, ver: Costa, J.F. “Ordem Médica e Norma Familiar”. Rio de Janeiro: Graal, 1979 e, Nunes, S.A. “Da Medicina Social à Psicanálise”. In: Birman, J. (Org.) “Percurso na História da Psicanálise”. Rio de Janeiro: Tauros, 1988, 61-122.

[6] Dorzelot, J. Op.Cit., 177-178.

[7] Sagawa, R.Y. “Os Inconscientes no Divã da História”. Dissertação de Mestrado – UNICAMP, 1989, 2 vols.

[8] Figueiredo, A.C.C. “Estratégias de Difusão do Movimento Psicanalítico no Rio de Janeiro” – 1978/1983. Dissertação de Mestrado – PUC/RJ, 1984.

[9] Sobre o assunto, ver Perestrello, M. “História da Sociedade Brasileira de Psicanálise: suas Origens e Fundação”. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

[10] Idem.

[11] Sobre o assunto, ver: Rascovsky, A. e Grinberg, L. “Passado e Futuro da COPAL”. In Revista Brasileira de Psicanálise – vol VI, nº 3 e 4, 1972, 369-376.

- [12] Sobre o assunto ver: Estatutos da Associação Brasileira de Psicanálise, 1967, mimeogr.
- [13] Sobre o assunto, ver: Sagawa, R.Y. Op Cit. 2º vol. e Bicudo, V.I. “Memória e Fatos”. In: Op. Cit., p.96.
- [14] A admissão de leigos na formação analítica em São Paulo vem desde o início do Grupo Psicanalítico de São Paulo formado em torno de Durval Marcondes e Adelheid Koch. Sobre isto, ver: Sagawa, R. Y., Op Cit., 1º vol.
- [15] Estatutos da SBRJ. 1959, mimeogr., p.11.
- [16] A SPRJ, por seus estatutos, aceita para formação estudantes de Medicina a partir do 3º ano.
- [17] Estatutos da SBPRJ. Op. Cit., p.37.
- [18] “Regulamento para a formação de Psicanalistas”. 1970. In: Estatutos do SBPRJ. Op. Cit., p.42 e 47.
- [19] Sobre isso, ver os episódios de agressão sofridos por Adelheid Koch em São Paulo e a prisão no Rio de Janeiro de Werner Kemper. In: Sagawa, R.Y. Op. Cit., 2º vol. E Perestrello, M. “História da SBPRJ, Suas Origens e Fundação”. Op. Cit.
- [20] Sobre o assunto ver os trabalhos de Nunes, S. A. “Da Medicina Social à Psicanálise”. Op. Cit. e Birman, J. “Retornando à História”. In: Birman, J. Op. Cit., p.07-12.
- [21] O conceito de instituição, para análise institucional, difere do de organização ou estabelecimento. Instituição é onde as relações de produção ou quaisquer outras estão instituídas de forma aparentemente natural e eterna.
- [22] Analista didata e presidente da SPRJ, no início dos anos 70, foi analista didata de Almicar Lobo. Este médico se notabilizou por participar de sessões de tortura a presos políticos durante o período da ditadura militar no Brasil, atuando em um dos centros da repressão no Rio de Janeiro: o DOI-CODI, no período de 1969 a 1974. Por esta participação foi cassado como médico, em 1989, pelo Conselho Federal de Medicina.
- [23] Sobre o assunto consultar Botelho, E.Z.F. “Os Fios da História: reconstrução da história da psicologia clínica na Universidade de São Paulo”. Tese de Doutorado, USP, 1989.
- [24] Veyne, P. M. “Como se Escreve a História”. Brasília: Cadernos da Universidade de Brasília, 1982.
- [25] Prática religiosa entre os romanos antigos. No apogeu do chamado “mundo romano”, as antigas práticas religiosas, antes realizadas pelas famílias, tornam-se públicas e formais e passam a ser controladas pelo Estado, que organiza um corpo hierarquizado de sacerdotes. In: Block, R. e Cousin, J. “Roma e seu Destino” – Coleção Rumos do Mundo. Lisboa: Cosmos, 1964.
- [26] Sagawa, R. Y. Op. Cit., 2º vol., p.251.
- [27] Sobre o assunto consultar Chauí, M. “Cultura e Democracia: as falas competentes”. São Paulo: Cortez, 1989.
- [28].Sagawa, R. Y. Op. Cit., 2º vol., p.203.
- [29] Sagawa, R. Y. Op. Cit., p.250. Sagawa refere-se a isto quando fala que, para se formar um Study Group reconhecido pela IPA, é necessário que haja pelo menos um didata. Um Study Group é o primeiro reconhecimento feito pela IPA que dará, posteriormente, origem a uma Sociedade Psicanalítica.
- [30] Argumento muito utilizado por alguns dos psicanalistas “oficiais” entrevistados quando se referiam ao Caso Amílcar Lobo.

- [31] Sobre isso, ver alguns depoimentos coletados por Sagawa, R. Y. Op. Cit., 2º vol.
- [32] Castel, R. "O Psicanalismo". Rio de Janeiro: Graal: 1978, p.17.
- [33] Tal comparação foi feita por muitos entrevistados ligados às Sociedades "oficiais".
- [34] Cabernite, E. "Regulamentação da Profissão de Psicanalista". In: Revista Brasileira de Psicanálise, vol. VI, nº 1 e 2, 1972, p.33.
- [35] Castel, R. Op. Cit.
- [36] Sobre o assunto, ver o texto de Santos, T.C. "Representações do Masculino nas Revistas Femininas". In: Birman, J. (Org.), Op. Cit., p.253-263.
- [37] Figueiredo, A.C.C. Op. Cit., p.12 e 13.
- [38] Idem, p.13.
- [39] Katz, C. S. "Psicanálise e Instituição". Rio de Janeiro: Documentário, 1977.
- [40] Braslavsky, M.B. e Bertoldo, C. "Anotações para uma História Atual do Movimento Psicanalítico Argentino: Interpretação Crítica da Ideologia e da Ação Política de Um Setor de Pequena Burguesia". In; Langer, M. (Org.). Questionamos 2. Belo Horizonte: Interlivros. 1977, 25-48, p.33. Sobre esse assunto, ver também: Castel, R. Op. Cit., pp. 14 e 44.
- [41] Foucault, M. "Microfísica do Poder". Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- [42] Rodrigues, H.B.C. "As Novas Análises". Projeto de Dissertação de Mestrado – UFRJ, Instituto de Medicina Social, 1991, p.32.
- [43] Sobre o assunto, ver o artigo de Santos, T. C. "A Mulher Liberada e a Difusão da Psicanálise". In: Figueira, S. A. (Org.). "O Efeito Psi". Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- [44] Sobre o assunto, ver Figueira, S. A. (Org.). "Cultura da Psicanálise". São Paulo: Brasiliense, 1985.
- [45] Figueiredo, A.C.C. Op. Cit., pp.14 e 15.
- [46] Russo, J. "A Difusão da Psicanálise nos anos 70: Indicações Para Uma Análise". In: Ribeiro, I. (Org.). Sociedade Contemporânea Brasileira: Família e Valores. São Paulo: Loyola, 1987, 189-205.
- [47] Sobre a questão do casamento, ver Russo, J. e Santos, T.C. "Psicanálise e Casamento". In: Velho, G. e Figueira, S.A. (Org.). Família, Psicologia e Sociedade. Rio de Janeiro: Campus, 1981, 277-305.
- [48] Castel, R. Op. Cit., pp.20 e 21.